

MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação¹

***José Marques de Melo**

Professor Emérito da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, atualmente lecionando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo.

Resumo

Qual a influência exercida pela América Latina na construção do Relatório MacBride e na formulação das teses que embasaram a proposta de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação? A intenção deste trabalho é esclarecer o episódio histórico protagonizado pela UNESCO no ocaso da guerra-fria, ao focalizar as teses sobre a democratização da comunicação e discutir a significação daquela plataforma política na presente conjuntura internacional.

Palavras-chave: Comunicação internacional; história da comunicação; América Latina

Abstract

Which was the influence of Latin America in the construction process of the MacBride Report, and also in the New World Information and Communication Order's agenda setting? This paper intends to explain the historic role played by UNESCO at the end of the Cold War evaluating the views associated to the democratization of communication, and the debate on the importance of that proposal in the present international scenery.

Keywords: *International communication; communication history; Latin America*

Introdução

Pode parecer anacronismo voltar ao Relatório McBride(2) um quarto de século depois da sua divulgação pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Exatamente no dia 12 de maio de 1980 o então diretor-geral da Organização, Amadour-Mahtar M’Bow, acolheu oficialmente o relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação (1977-1979), presidida por Sean MacBride e integrada por um grupo de 16 especialistas na matéria, entre eles dois latino-americanos: o colombiano Gabriel Garcia Márquez e o chileno Juan Somavia.

Sua tradução para o português usado no Brasil foi concretizada três anos depois pela Editora da Fundação Getúlio Vargas(3). O documento intitulado *Um mundo e muitas vozes – Comunicação e informação na nossa época* foi traduzido inicialmente para as seis línguas oficiais da Organização: árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo. Por se tratar de um símbolo da guerra-fria, esse documento parecia condenado ao limbo histórico. Entretanto, ele vem suscitando instigante re-visita neste momento em que a comunidade internacional discute o estatuto da sociedade da informação(4).

Afinal de contas, algumas teses debatidas na recente Conferência de Genebra sobre a inclusão digital estão ancoradas nos mesmos problemas diagnosticados pela Comissão MacBride, cujo foco principal era a exclusão midiática de grupos, comunidades, povos e regiões(5). Para melhor compreender o significado do retorno de MacBride ao atual cenário mundial torna-se indispensável contextualizar sua gênese, desenvolvimento e ocaso.

Contextualização

Nosso ponto de partida é a decisão espetacular tomada por Ronald Reagan, em 1985, rompendo os laços que uniam os Estados Unidos da América à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Esse ato político foi justificado como recusa ao endosso da UNESCO a teses consideradas antidemocráticas, prejudiciais tanto à livre-expressão quanto ao livre-comércio(6).

Se não interrompeu sua filiação àquela agência da ONU, a União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas, a outra superpotência que, naquela conjuntura, liderava a cena internacional, assinou com reservas a declaração final da Comissão MacBride. Seu representante, Sergei Losev, denunciou o caráter “demasiadamente ocidentalizado” do documento. Ele o acusava de manter o “empobrecimento das culturas nacionais nos países em desenvolvimento”, justamente por recorrer a “fórmulas já superadas e batidas como o conceito de livre fluxo da informação” (7).

Por se tratar de uma solução de compromisso, negociada habilmente durante dois anos, envolvendo interesses complexos e contraditórios, é compreensível que o Relatório MacBride tenha desagradado a gregos e troianos. Tanto assim que ao ser bombardeado pela diplomacia norte-americana, com o apoio de vários governos e instituições do mundo capitalista, ele não mereceu a

defesa intransigente do bloco comunista, já em processo de desagregação. Essa tarefa foi assumida por intelectuais de renome internacional, bem como por figuras representativas do movimento terceiro-mundista e por instituições de prestígio mundial como a Igreja Católica. (8)

O Relatório continha um alentado diagnóstico sobre a problemática da comunicação no mundo contemporâneo, propondo soluções utópicas para reduzir as desigualdades tecnológicas, os desequilíbrios informativos e as carências cognitivas existentes na geografia do planeta. Não foi sem razão que ele foi rotulado como “missão impossível” por Nordestreng, líder da corporação mundial dos jornalistas e conceituado estudioso da comunicação internacional(9), que sugeria como inexequível a plataforma que embasou a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação(10).

Vale a pena reproduzir, aqui, a percepção que também expressei no início dos anos 90 sobre o fracasso da campanha desencadeada, tanto no front jornalístico quanto no âmbito acadêmico e na arena diplomática, para respaldar a NOMIC.

“Dez anos depois de sua publicação, o Relatório Mac Bride permanece atual. (...) Suas utopias aguardam terreno fértil para vicejar. (...) Na verdade, as idéias contidas no documento produzido por Sean MacBride nunca foram combatidas na essência. (...) A conjuntura política foi-lhe desfavorável. Nos estertores da guerra fria, as grandes potências ocidentais ditaram sua sentença de morte. (...) MacBride tinha consciência de que a NOMIC não se esgota num conjunto de preceitos mágicos, correspondendo efetivamente a um processo histórico” (11).

Por isso mesmo, a releitura do Relatório MacBride, neste limiar do século XXI, converte-se em exercício desafiador. O cenário mudou completamente, com a derrocada da URSS. A ascensão dos EUA à condição de potência hegemônica estabelece nova correlação de forças no cenário mundial. Nesse sentido é que recente decisão de George Bush, reconduzindo seu país ao seio da UNESCO, suscita interrogações. Da mesma forma, que chama atenção postura assumida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) ao acolher demandas sobre a circulação dos produtos culturais, respaldando as cotas européias. Isso pode ser interpretado como a legitimação de uma das teses de MacBride, no sentido de balancear o fluxo mundial dos produtos midiáticos(12).

América Latina

Ao fazer o resgate crítico da participação latino-americana naquele mutirão capitaneado emblematicamente por MacBride e de reconhecer as tarefas pendentes para efetivar a democratização da comunicação em nosso continente, torna-se indispensável destacar cenários e personagens que deram sentido àquela batalha política.

O estadista irlandês Sean MacBride(13) visitou a América Latina durante o biênio 1977-1979, quando exercia a presidência da Comissão Internacional

para o Estudo dos Problemas da Comunicação, constituída pelo então diretor-geral da UNESCO, Amadou-Mahtar M'Bow(14).

Suas reuniões de trabalho usualmente eram realizadas em Paris, na própria sede da UNESCO. No entanto quatro encontros foram programados em distintos cenários: Suécia, Iugoslávia, Índia e também o México. Essa peregrinação por diferentes lugares do planeta tinha a intenção de “conhecer melhor problemas culturais e sociais de natureza diversa e estabelecer contatos com profissionais e pesquisadores que têm opiniões diferentes sobre os aspectos fundamentais da comunicação nas várias sociedades”.

Da visita ao México ficou uma recordação bem nítida sobre a natureza cultural dos fenômenos comunicacionais. MacBride afirma textualmente: “Na América do Sul, nossas palestras com um grande número de escritores, profissionais e especialistas da comunicação social se centralizaram na correlação entre a cultura e a comunicação”.(15)

Depois disso, quando a UNESCO divulgou o conjunto das propostas para a edificação da NOMIC – Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, Sean MacBride foi bondosamente aclamado ou cruelmente denegrido em toda a América Latina. Vivíamos uma conjuntura matizada pelo esgotamento dos regimes militares instituídos logo em seguida à Revolução Cubana. Tínhamos uma moldura balizada pela distensão mundial resultante do entendimento possível entre as duas superpotências – União Soviética e Estados Unidos – no sentido de evitar a catástrofe nuclear.

Mas aquela sensação de fim da “guerra fria” durou muito pouco. A veloz decomposição do império soviético e a imediata ascensão do neoliberalismo determinaram a morte prematura das teses patrocinadas por MacBride. Elas haviam sido costuradas num momento politicamente favorável ao movimento dos países não-alinhados. Estes barganhavam concessões dos blocos capitalista e socialista, sob a forma de investimento financeiro ou assistência técnica, em troca de apoio ou neutralidade nos fóruns internacionais capitaneados pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Com o desaparecimento da polarização Leste/Oeste perderam o sentido aquelas propostas aprovadas pela Conferência Geral da UNESCO, que se enraizavam em postulados consensuais (como o fortalecimento da paz, o desenvolvimento dos povos e o bem estar da humanidade), mas que também embutiam projetos controvertidos (principalmente aqueles relacionados com o controle dos meios de comunicação).

O multilateralismo, então vigente nas relações internacionais, foi substituído pela política do fato consumado erigida espetacularmente pela aliança Reagan-Tatcher. A reintrodução da “lei do mais forte” na arena mundial, cujo marco decisivo foi a invasão de Granada(16), antecipava o protagonismo unipolar dos EUA. Seus desdobramentos políticos foram simbolizados pela Guerra do Golfo Pérsico, bem como pelos atentados terroristas, perpetrados nas Torres Gêmeas, Estação de Atocha e outros cenários.

A verdade, nua e crua, é que a UNESCO foi desqualificada como fórum competente para sinalizar os problemas mundiais da comunicação. Mais do que isso: viu-se desprovida de recursos suficientes para implementar as metas prioritárias da NOMIC. Com o rompimento dos USA e da Inglaterra, seu todo-poderoso secretário-geral, o senegalês M'Bow, foi convenientemente removido de cena, acusado de favorecer o radicalismo terceiro-mundista. Na gestão conciliatória do espanhol Federico Mayor Saragosa(17), a própria NOMIC converteu-se em peça histórica. Em seu lugar foi entronizado um programa de fomento às telecomunicações nos países em desenvolvimento.

Mesmo assim, a essência do diagnóstico situacional contido no relatório de 1980 continuou sendo preservada por entidades culturais e organizações não-governamentais atuantes em várias partes do mundo(18). Elas potencializam a consciência coletiva sobre os desequilíbrios internacionais, as desigualdades regionais e as carências locais persistentes no panorama global da comunicação, suscitando evidentemente novas soluções, consentâneas com o espírito dos tempos atuais(19).

Tem sido no bojo de movimentos dessa natureza que MacBride vem retornando à América Latina, seja através da avaliação do relatório oficializado pela UNESCO, seja por intermédio da revisão das teses que embasaram a NOMIC. Trata-se em verdade de re-visitas cíclicas e míticas às idéias da equipe que ele liderou competentemente.

Fui convocado para um desses colóquios em 1990(20), na conjuntura que se esboçou a partir da queda do mundo de Berlim, considerada por alguns analistas como o fim antecipado do século XX. A iniciativa foi tomada pelo Instituto para a América Latina – IPAL – que reuniu protagonistas de várias gerações da Escola Latino-Americana de Comunicação, em plena atividade intelectual. (21) A intenção era fazer um balanço da nossa participação naquele episódio emblemático e delinear as perspectivas latino-americanas frente ao novo século. (22)

Agora em 2005, a Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação – ALAIC(23) – toma a decisão de convocar combatentes e ex-combatentes da NOMIC, apologistas e críticos do Relatório MacBride, memorialistas e exegetas dos problemas da comunicação internacional, nesta conjuntura marcada pelos eventos bélico-midiáticos desencadeados em 11 de setembro (New York, 2001) e 11 de março (Madrid, 2004).

Trata-se de um momento sintomático, no qual há esperanças de reagrupamento de forças que outrora estavam unidas no bloco dos países não-alinhados. O reforço do multilateralismo, implícito na criação do G-20(24), e a articulação do eixo Sul-Sul(25) impulsionados pela diplomacia brasileira(26) sinalizam uma “ordem internacional alternativa”. A Carta de Brasília (2005), divulgada pela Cúpula dos Países América do Sul – Países Árabes, contém evidências dessa opção estratégica.

De forma genérica, são reafirmados princípios relacionados com o

diálogo cultural e político entre as civilizações:

“Sublinham a importância de medidas de construção da confiança e do entendimento mútuo para a coexistência pacífica entre as nações, reconhecendo, nesse contexto, o alcance da globalização e a importância de se preservar a identidade nacional e respeitar a diversidade cultural, bem como o papel dos intercâmbios culturais e do diálogo entre as civilizações na construção de um mundo em que prevaleçam a tolerância e a inclusão. Nesse sentido, apóiam também recentes iniciativas, tais como a “Aliança de Civilizações”, que visam a promover o diálogo cultural e político entre as civilizações e as iniciativas do Estado do Catar referentes ao diálogo entre civilizações e religiões”.(27)

De forma específica, foi endossada a luta pela redução do fosso digital:

“Reafirmam a importância da ampla participação de todas as partes interessadas, no mais alto nível, na segunda etapa da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que se realizará na Tunísia, entre os dias 16 e 18 de novembro de 2005, em reconhecimento ao papel fundamental da tecnologia da informação e comunicação (TIC) no mundo contemporâneo, seu impacto positivo na promoção de iniciativas de cooperação entre os países e sua contribuição para reduzir o fosso digital que os divide e fortalecer-lhes a estabilidade”. (28)

Fica no ar a pergunta: quais as suas possibilidades de êxito?

“Sonho a léguas da realidade” é tese de uma corrente de pensamento. Seu argumento: “essa oposição entre o mundo dos justos e pobres (...) e o mundo do mal encarnado pelo capitalismo globalizado” mostra-se “incompatível com a continuidade da agenda econômica (...), além de incompatível com a realidade de nossa pauta comercial e financeira”. (29) “Espírito universalista” é a justificativa apresentada pela corrente que defende “esforços na construção de um diálogo entre países ricos e em desenvolvimento”. (30)

Em seu discurso de encerramento da Cúpula Árabe-Sul Americana, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, vislumbra claramente sua complexidade, ao comparar a emergente comunidade de nações a uma árvore.

“Essa árvore pode ser muito alta, mas seus galhos serão frágeis e poderão quebrar com a falta de democracia, com o terrorismo existente por causa da má distribuição da riqueza.”.(31)

Para iluminar o curso atual do processo histórico, permitindo julgamentos capazes de potencializar os acertos contabilizados e os erros cometidos, torna-se útil resgatar a singularidade da participação latino-americana na arquitetura do Relatório MacBride.

Protagonismo histórico

A presença da América Latina na Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação constituída pela UNESCO foi exercida por dois grandes intelectuais: o escritor colombiano, Gabriel Garcia Márquez(32),

e o diplomata chileno, Juan Somavía(33). Eles atuaram como porta-vozes das inquietações e anseios latino-americanos perante os membros daquele colegiado. Promoveram, ao mesmo tempo, o amplo debate das idéias que circulavam nos fóruns da UNESCO, junto aos círculos acadêmicos e profissionais da região. Desta maneira, foram capazes de retro-alimentar uma discussão que, desde o início, mostrou-se multifacetada, instigante e controversa.

Além de expressar suas próprias concepções e percepções sobre os fenômenos comunicacionais, eles naturalmente recorreram ao conhecimento acumulado em nossa região, potencializando de forma inequívoca o pensamento latino-americano. Quais as obras e respectivos autores que eles legitimaram? Que idéias foram incorporadas ao arcabouço teórico do documento final ?

Examinando detidamente o texto produzido pela equipe MacBride, verificamos que ali se destacam três expoentes da Escola Latino-Americana de Comunicação(34): o brasileiro Paulo Freire(35), o boliviano Luis Ramiro Beltrán(36) e o chileno Fernando Reyes Mata(37). O conceito de “invasão cultural” elaborado por Paulo Freire em seu best-seller “Pedagogia do Oprimido” (1970) embasou a argumentação concernente à influência externa, no capítulo 11 do Relatório, que trata das “características dominantes no conceito de comunicação” (p. 260-276). A tese de Paulo Freire é a seguinte:

“A invasão cultural, que está a serviço dos fins da conquista e continua a opressão, implica sempre uma visão estreita da realidade, uma percepção estática das coisas e a imposição a outro de uma concepção do mundo. Implica a ‘superioridade’ do invasor e a ‘inferioridade’ do invadido, ao mesmo tempo que a imposição de valores por aquele que possui este e que teme perdê-lo”.

Ela foi assimilada naquela parte em que o Relatório problematiza o impacto das companhias transnacionais que exportam produtos culturais.

“As empresas transnacionais desempenham papel cada vez ativo no estabelecimento, no plano mundial, das infra-estruturas de comunicação, na difusão de notícias, na produção de elementos culturais, de meios de programação educativos, de filmes, de livros e de outros materiais, assim como no que se refere à formação. (...) Quando essas influências passam a ser dominantes, em culturas muito diferentes, disso deriva uma uniformidade imposta dos gostos, do estilo e do conteúdo.” (...) Termina questionando: “...isto é o tipo de intrusão que constitui um dos problemas que se coloca para todos os que examinam os assuntos internacionais em matéria de comunicação.”

Dois outros conceitos absorvidos pelo documento são os de “comunicação alternativa” e de “comunicação horizontal”. O primeiro foi inspirado pelo chileno Fernando Reyes Mata e está contido no item referente às “brechas comunicacionais” que permitem romper a muralha interposta na sociedade pelas indústrias midiáticas. MacBride refere-se ao fenômeno, no capítulo 12 – democratização da comunicação (pág. 285) -, descrevendo-o como uma

“série muito ampla de iniciativas, cuja característica comum é a oposição à comunicação oficial institucionalizada”. Fica bem clara sua finalidade: “expressar os pontos de vista de uma grande variedade de minorias sociais e culturais ou de grupos que antes viviam num gueto de comunicação”.

O conceito original de Reyes Matta está contido em texto escrito especialmente para subsidiar o trabalho da comissão que justificou a NOMIC – *Experiences Alternatives: Pratiques de la Communication en Amerique Latine*. Contudo, ele foi mais bem explicitado na antologia “Comunicación Alternativa y Búsquedas Democráticas” (México, ILET, 1983) resultante do seminário que ele promoveu no México em 1982, como parte do programa ALTERCOM, financiado pela Fundação Friedrich Ebert.

Por sua vez, o conceito de “comunicação horizontal” ancora-se na proposta de um novo modelo de comunicação - “humanizado, não elitista, democrático e não-mercantil” -, formulada pelo boliviano Luis Ramiro Beltrán na reflexão intitulada “Desarrollo rural y comunicación social: relaciones y estrategias” (New York, Cornell University, 1974). Ele foi resgatado pelo Relatório MacBride, fundamentando o “direito à comunicação” como uma das condições necessárias à democratização comunicacional:

“Acredita-se que comunicação seja um processo bilateral, cujos participantes – individuais ou coletivos – mantêm um diálogo democrático e equilibrado. Essa idéia do diálogo, contraposta à de monólogo, é a própria base de muitas idéias atuais que levam ao reconhecimento de novos direitos humanos” (p. 287).

Talvez por vislumbrar claramente a influência do pensamento latino-americana no espírito da “democratização da comunicação” reivindicada pela Comissão MacBride, é que os dois representantes da América Latina – Garcia Márquez e Somavia – fazem questão de salientar positivamente apenas dois aspectos do Relatório(38).

A intenção democratizante

“A atenção dedicada ao problema da democratização é muito significativa. Estruturas mais democráticas de comunicação constituem uma exigência nacional e internacional para os povos de todo o mundo. A promoção do acesso, da participação, da descentralização, da gestão aberta e da falência do poder concentrado nas mãos de interesses comerciais ou burocráticos é um imperativo universal, e adquire importância crucial para os países do Terceiro Mundo, dominados por regimes minoritários e opressores”. (p. 464)

O sentido atribuído à comunicação

“Comunicação não se reduz à informação. É fator determinante de todos os processos sociais e elemento fundamental no modo de organização das sociedades. Este enfoque, adotado no Relatório permite uma compreensão mais ampla e mais bem equilibrada nos problemas pendentes, e dá aos temas

concretos uma perspectiva mais geral, o que permite situar o debate geral da comunicação no contexto global, ao mesmo tempo político, econômico e cultural, como se deve” (p. 464-465)

Fora isso, Garcia Márquez e Somavia identificam algumas fragilidades no documento da UNESCO, ressaltando os três pontos que seguem.

1. A tendência à glorificação tecnológica

“Em diversas partes do Relatório, verifica-se uma tendência a ‘glorificar’ as soluções tecnológicas que podem ser dadas aos problemas contemporâneos da comunicação. Queremos destacar que a promessa tecnológica não é neutra, como também não está isenta de todo sistema de valores. As decisões em semelhante campo têm enormes conseqüências políticas e sociais. A sociedade deve estabelecer os instrumentos necessários para avaliar as diversas possibilidades ao seu alcance.” (p. 465)

2. O perigo da dominação cultural

“É legítimo e indispensável destacar a necessidade de desenvolver as infra-estruturas de comunicação nos países do Terceiro Mundo, mas não se deve exagerar sua importância. A solução dos problemas atuais em matéria de comunicação não é apenas uma questão de dinheiro e de formação. (...) Toda a ação nesse campo deveria ser objeto de estudo minucioso, com o objetivo de reforçar as estruturas dos poderes minoritários nos países do Terceiro Mundo, e não de servir de veículo para a dominação cultural.” (p. 465)

3. A minimização da pesquisa científica

“Em geral, o Relatório não reconhece suficientemente a importância do papel desempenhado pela pesquisa para tornar a comunicação um dos temas centrais do debate atual e para respaldar as decisões adotadas pela Comissão. Particularmente, no capítulo dedicado à pesquisa deveria ter sido destacada mais claramente a importância fundamental que continua tendo a pesquisa profissional e séria para promover a compreensão desses temas e esclarecer os fenômenos estruturais subjacentes.”

As tarefas pendentes

Ao inventariar a situação dos fenômenos comunicacionais, no panorama mundial deste início do século XXI, distante 25 anos da difusão do Relatório MacBride, torna-se indispensável reconhecer que inúmeras tarefas continuam pendentes, esquecidas, inacabadas, mas também que outras caducaram, envelheceram, perderam o sentido.

Tomando como referência as lacunas e deficiências apontadas por Garcia Márquez e Somavia no texto final daquele documento, vamos revisar o que precisa ser feito ou retomado em duas frentes: a democratização da comunicação e a contribuição do trabalho de pesquisa. O quê significa democratizar a comunicação ? Por quê?

Os pressupostos em que se fundamenta a equipe liderada por MacBride são dois:

1) existe uma “falha das relações democráticas” na sociedade contemporânea, dificultando a sintonia entre o mundo da comunicação e os desejos populares;

2) na medida em que a comunicação vive ‘uma época de rápidas mutações’, torna-se indispensável estabelecer relações democráticas de forma “dinâmica, evolutiva e não estática”.

Assim, o processo de democratização consiste essencialmente na transformação do indivíduo em sujeito ativo, superando o estágio em que figura como mero objeto da comunicação. Para tanto, deve-se aumentar: a) a variedade de mensagens intercambiadas; b) a participação cidadã, logrando melhorar a qualidade da representação social.

Meta dessa natureza só será atingida se houver infra-estrutura comunicacional suficiente para atender as demandas sociais e se forem asseguradas condições de liberdade capazes de permitir o desempenho responsável dos agentes comunicacionais. Nas sociedades economicamente pauperizadas e nos países onde predominam regimes políticos autoritários o processo de democratização da comunicação esta previamente bloqueado.

Outro obstáculo reside na falta de competência cognitiva para decifrar ou compreender as mensagens disseminadas pelos meios de comunicação. Em situações dessa natureza, as tarefas pendentes são:

a) Desenvolvimento econômico, de modo a garantir a disponibilidade de tecnologias apropriadas para o funcionamento das organizações midiáticas:

b) Desenvolvimento político, de modo a superar o autoritarismo, criando estruturas democráticas de poder, legitimadas pelo conjunto da sociedade;

c) Desenvolvimento educativo, de modo a proporcionar conhecimentos suficientes para que a população possa consumir os produtos midiáticos, compreendê-los e aplicá-los na vida cotidiana.

Enquanto persistirem tais obstáculos sócio-econômicos e carências político-culturais, o Relatório sugere uma espécie de “queima de etapas”, aproveitando as “brechas na muralha”. São propostos quatro métodos:

1. Fortalecimento do direito de resposta e de crítica, estimulando a retroinformação, no sentido de permitir que os responsáveis pelos meios de comunicação venham a captar os anseios do público;

2. Incremento da participação de “leigos” na produção e emissão de programas, utilizando “ativamente” as fontes de informação;

3. Fomento da comunicação “alternativa”, geralmente de caráter local;

4. Estímulo à participação da coletividade na “gestão” midiática,

culminando até mesmo com sua forma mais radical, a “autogestão”.

Trata-se de caminhos complicados, dificilmente transitáveis. Vamos comentar por partes, tomando como referência sua aplicação nas sociedades latino-americanas de hoje. Apesar de plenamente exequível, em havendo vontade política dos dirigentes midiáticos, o “direito de resposta e de crítica” esbarra nas carências cognitivas da grande maioria da população. Os grandes contingentes encontram-se excluídos do sistema escolar e não adquiriram competência lingüística, nem adestramento societário, para potencializar oportunidades desse tipo.

Quanto à participação de “leigos” na produção midiática trata-se de uma possibilidade restrita aos micro-meios de comunicação, que funcionam em regime semi-artesanal(39). No caso dos grandes meios, essa possibilidade esbarra no sistema produtivo que os caracteriza, pautado por rotinas fixas e prazos rígidos, cujo rompimento significa perigo para a saúde financeira das empresas.

O fomento à comunicação “alternativa” tem se mostrado eficaz, em situações historicamente determinadas, quando o conjunto da sociedade está mobilizado para alcançar metas de interesse coletivo. Foi o caso da “imprensa nanica” dos anos 60/70, que teve papel decisivo na criação de uma consciência nacional pelo fim do autoritarismo e pela restauração da democracia em vários países(40). Ainda existe espaço, no panorama contemporâneo, para iniciativas dessa natureza, principalmente nos âmbitos regional e local.

A proposta de co-gestão ou “autogestão” só pode ser viabilizada em meios de comunicação pertencentes ao Estado ou às organizações sociais, tendo em vista os dispositivos legais vigentes, garantindo liberdade de iniciativa às empresas privadas de comunicação. Mas a questão da democratização da comunicação não se restringe, no Relatório MacBride, a intervenções pontuais nos processos de emissão de conteúdos ou no seu controle gerencial. O documento inclui ainda dois outros aspectos, que sinalizam em direção aos usuários ou receptores das mensagens midiáticas.

Um deles diz respeito ao “desenvolvimento do espírito crítico do público”. A intenção é a de criar mecanismos capazes de orientar os cidadãos a respeito da natureza das instituições midiáticas, alertando-os para discernir conscientemente o que está embutido nas mensagens difundidas. Tal atitude pode conduzir a situações concretas, como, por exemplo, a constituição de “grupos de pressão”, vocacionados para “protestar” contra os desvios, os equívocos ou as manipulações das indústrias do setor. Mas também pode desaguar na criação de “grupos de intervenção”, destinados a “influir” na agenda midiática, incluindo temas e problemas de interesse comunitários, corporativo ou coletivo.

O outro aspecto diz respeito ao fortalecimento do “direito à comunicação”, que não se restringe ao direito elementar de “ser informado”, mas pressupõe o direito avançado de “expressão” ou de “livre circulação” das idéias e do conhecimento. Trata-se, evidentemente, de um direito cujo exercício pleno

ancora-se no repertório intelectual dos sujeitos comunicantes, consequência imediata da universalização dos processos educacionais.

Dessa forma voltamos à mesma questão antes formulada. A comunicação não atua independentemente de fatores como educação, tecnologia e vontade política. Em outras palavras, as tarefas pendentes no sentido de democratizar a comunicação na nossa sociedade situam-se em patamares prévios aos processos midiáticos – escolarização eficaz, investimentos em infra-estrutura e distribuição de renda(41). Sem que tais fatores sejam acionados e produzam efeitos duradouros, as tarefas de democratização da comunicação correm o risco de ficarem simplesmente reduzidas a figuras de retórica.

Finalmente, devemos examinar a contribuição do trabalho de pesquisa para a construção de uma nova ordem mundial da comunicação, particularmente para implementar a sua democratização no interior das sociedades e das comunidades.

Ao fazer um balanço histórico do desenvolvimento da pesquisa em comunicação, o Relatório MacBride destaca duas dimensões: sua juventude (adotando como marco inicial a década de 30 do século XX, quando as próprias empresas de comunicação começam a se valer de dados quantitativos para a tomada de decisões estratégicas) e seu antropocentrismo (considerando que os fenômenos estudados possuem especificidades culturais no âmbito das sociedades observadas, donde a impropriedade de transferência mecânica dos seus pressupostos e resultados para outras realidades).

Em função disso, os participantes da comissão da UNESCO clamam por estudos comparativos, destinados a ensejar a análise contextualizada dos processos comunicacionais identificando generalizações comprovadas internacionalmente e apontando singularidades produzidas por fatores de natureza étnica, social ou geopolítica.

Nessa linha de reflexão, o documento faz uma crítica contundente à transferência de conhecimentos comunicacionais produzidos em sociedades desenvolvidas (capitalistas ou socialistas) para os países do então chamado terceiro mundo. O argumento principal é o de que tais estudos se fundamentam princípios e conduzem à formulação de modelos que não correspondem à “realidade nem às necessidades” dos países em desenvolvimento.

Para enfrentar esse tipo de descompasso entre a reflexão e a ação, o Relatório MacBride sugere a construção de formas apropriadas para o conhecimento dos nossos fenômenos comunicacionais, ensejando teorias e metodologias capazes de contribuir para a edificação de políticas públicas sintonizadas com as aspirações nacionais ou regionais. E conclui de modo explícito: “Levando em conta a função central da comunicação no mundo moderno, não se trata de assunto teórico, mas de necessidade prática”.

Esta constitui sem dúvida a mais importante tarefa pendente na nossa academia, porque ainda continuamos a gravitar em torno dos modismos teóricos importados dos países que situamos na vanguarda internacional. Mais

do que isso: persistimos aplicando métodos de observação e análise que se mostram inadequados para a solução de problemas cruciais, conduzindo a becos sem saída como os que nos angustiam nesta virada de milênio.

Trata-se de questão a ser priorizada na agenda das nossas sociedades científicas e das comunidades que gravitam em torno das faculdades de comunicação em toda a América Latina. Desde a sua reconstituição, em 1992, a ALAIC tem assumido a vanguarda dessa ofensiva para superar a dependência teórica e metodológica que ainda nos atrela aos modismos forâneos. O grito de alerta está contido no documento histórico “Comunicación Latinoamericana: Desafios de la Investigación para el Siglo XXI” (42). A primeira resposta coletiva deu-se imediatamente, através da antologia *Investigar la Comunicación: propuestas iberoamericanas*. (43)

Na seqüência, duas iniciativas podem ser destacadas. No plano crítico-reflexivo, o inventário teórico-metodológico resultante do VII Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação, realizado em São Bernardo do Campo (São Paulo, Brasil), em 2003, mapeando a trajetória do pensamento comunicacional latino-americano, da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico(44). No plano analítico-operativo, a iniciativa dos professores brasileiros Jorge Duarte e Antonio Barros, produzindo um manual de pesquisa amplo, plural e prático, que reúne diferentes caminhos para a produção de conhecimentos, devidamente enfocados de acordo com a natureza dos objetos comunicacionais peculiares à realidade brasileira(45).

Contudo, muito resta por fazer. O desafio de elucidar os fenômenos comunicacionais da América Latina adotando perspectivas latino-americanas constitui a principal responsabilidade da nova geração de pesquisadores engajados na área de ciências da comunicação. Do contrário, corremos o risco de permanecer como meros coadjuvantes no cenário intelectual de uma sociedade que se globaliza velozmente, sob a égide de povos ou culturas em torno dos quais temos gravitado nos últimos cinco séculos.

O legado daqueles pioneiros que protagonizaram as batalhas dos anos 70, na arena comandada por Sean MacBride, pode ser um referencial seguro para balizar ações, intervenções, realizações. A NOMIC do século XXI pode ser utopicamente construída a partir da acumulação crítica de conhecimentos empiricamente construídos, segundo metodologias apropriadas (híbridas, mestiças ou até mesmo endógenas), no sentido de gerar teorias suscetíveis de produzir as mudanças que nos conduzam a um tipo de sociedade próspera, justa, plural e democrática.

Notas

1 Texto originalmente apresentado como conferência da sessão de abertura do III Seminário Internacional Latino-Americano de Pesquisa da Comunicação, promovido pela ALAIC – Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, em parceria com a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

2 A essência do Relatório MacBride pode ser livremente consultada através da reprodução contida na seguinte fonte: www2.hawaii.edu/~rvincent/mcbcon1.htm

3 Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1983.

4 A agenda da sociedade da informação prioriza variáveis como exclusão, participação, democratização, diversidade. Ver: MARQUES DE MELO, José & SATHLER, Luciano, org. *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo, Editora UMESP, 2005.

5 Um bom roteiro para entender esse debate no âmbito regional pode ser encontrado na antologia organizada por MARQUES DE MELO, TARSITANO, GOBBI & SATHLER *Sociedade do Conhecimento: aportes latino-americanos*. São Bernardo do Campo: Editora UMESP, 2005.

6 Uma fonte útil para melhor compreensão dos conflitos entre os EUA e a UNESCO é o texto coletivo assinado por William Preston Jr., Edward Herman e Herbert Schiller. *Hope & Folly: The United States and UNESCO, 1945-1985*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

7 As ressalvas do representante da URSS, Serei Losev, ao Relatório MacBride foram incorporadas ao Apêndice 1 da versão publicada pela UNESCO. Ver edição brasileira, p. 461-463.

8 O resgate sobre a participação da Igreja Católica nesse movimento foi realizado com argúcia e competência por PUNTEL, Joana – *A Igreja e a Democratização da Comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1994.

9 NORDESTRENG, Kaarle. The Paradigm of a Totality, *Mass Communication Review Yearbook*, 3: 241-249. Beverly Hills, CA: Sage, 1982.

10 A plataforma da NOMIC está contida na famosa *Resolução de Belgrado*, aprovada pela 32ª. Sessão da Assembléia Geral da UNESCO realizada em outubro de 1980.

11 MARQUES DE MELO, José. MacBride e a América Latina. Da guerra fria ao espírito de boa vontade, In: GOICOCHEA, Pedro, ed. – *América Latina: las comunicaciones cara al año 2,000*, Lima, IPAL,/WACC, 1991. (Reproduzido em MARQUES DE MELO, José - *Comunicação e Modernidade*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 112-124).

12 A propósito do balanceamento no fluxo internacional de ficção televisiva, ver o ensaio – “Uma nova ordem midiática mundial: relidade/ficção? (A utopia de MacBride e as telenovelas brasileiras)”, publicado em MARQUES DE MELO, José. *Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 387-404

13 Sean MacBride nasceu em Paris (1904), participando ativamente do movimento pela independência da Irlanda, onde exerceu funções destacadas no parlamento e no governo. Agraciado com os Prêmios Nobel (1974) Lénin (1977) da Paz, ocupou destacadas missões internacionais: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, Anistia Internacional, ONU e UNESCO, vindo a falecer em 1988. Os interessados em conhecer sua história de vida podem consultar o livro editado por LAWLOR, Caiteirona. *Sean MacBride, a memoir*. London: Mercier Press, 2004.

14 Intelectual senegalês, nascido em Dakar em 1921 e graduado em Letras pela Sorbonne (Paris, 1951), ocupou o posto de Ministro da Cultura do Senegal, passando a atuar no cenário internacional. Foi o sexto Diretor Geral da UNESCO. Durante sua gestão, as jovens nações independentes, aliadas com os velhos países não-alinhados, ocuparam significativo espaço político, protagonizando o movimento diplomático que desaguou na NOMIC. Para entender sua trajetória pode ser útil a leitura do livro: THASSINDA, Thassinda Ubá – *Amadou Mahtar M' Bow: Um Salien a l'Unesco*, Daskasr, Presence Africaine, s.d.

15 MACBRIDE, Sean. Prólogo. In: UNESCO – *Um mundo e muitas vozes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983, p. XV.

16 NORDESTRENG, Kaarle. *The MacBride Report: a milestone in the Great Media Debate*. Tampere: Finland, University of Tampere, 2005 (Texto disponível em: www.eca.usp.br/alaic/kaarle.htm).

17 Intelectual espanhol, nascido em Barcelona (1934), iniciou sua carreira acadêmica na Universidade de Granada (1963) e ocupou o cargo de Ministro da Educação e da Ciência do Estado Espanhol (1981). Foi eleito para exercer a Direção Geral da UNESCO, em 1987, ali permanecendo até 1999. Ver em: www.ideal.es/granadinos/federico_mayor.html

18 Segundo PUNTEL, o povo se converteu em “novo agente social” da NOMIC. Vide: PUNTEL, Joana, *A Igreja e a Democratização da Comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1994, p. 142-148.

19 VINCENT, Richard, NORDESTRENG, Kaarle e TRABEER, Michael, orgs.- *Towards Equity in Global Communication: MacBride Update*. Creskill, NJ: Hampton Press, 1999.

20 O evento foi patrocinado pela World Association for Christian Communication – WACC -, reunindo “la mayor parte de los padres del NOMIC” na América Latina, conforme o registro feito por PINEDA, Migdália – *Las*

ciencias de la comunicación a la luz del siglo XXI. Maracaibo:Universidad de Zulia,, 2004, p. 41.

21 A contribuição que apresentei ao colóquio organizado pelo IPAL está publicada integralmente no capítulo 13 do livro: *Comunicação e Modernidade*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 112-124.

22 O balanço dessa reunião está contido no artigo escrito por RONCAGLILO, Rafael. “Tejiendo um nuevo, nuevo orden”, publicado pela revista *Media Development*. London, WACC, 1999, n.3, p. 34.

23 Fundada em Caracas (1978), essa entidade deu sustentação ao movimento pela construção de políticas democráticas de comunicação, mantendo estreita ligação com a UNESCO na fase de promoção da NOMIC (1980-1985). Quando, porém, adveio a crise motivada pelo esvaziamento político da UNESCO, ela enfrentou, como tantas outras organização do gênero, um processo de desaceleração que quase a vitimou. Reconstituída em 1989, passou a desempenhar na última década do século XX um papel decisivo na criação de uma comunidade latino-americana de ciências da comunicação. A propósito da gênese e desenvolvimento da ALAIC ver MARQUES DE MELO, José. *Los tiempos heroicos: la formación de la comunidad latinoamericana de la comunicación*. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación* 1, São Paulo, ALAIC, 2004, p. 10-21.

24 Grupo internacional criado em 1999, contando com a participação dos países mais industrializados do mundo, integrantes do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Japão), além de 13 países emergentes (Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Coréia, China, Índia, Indonésia, México, Rússia, África do Sul e Turquia).

25 Essa conexão ganhou densidade na XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD, realizada em São Paulo, em junho de 2004. “Ao longo da última década, países emergentes têm mostrado taxas de crescimento econômico acima dos observados nos países desenvolvidos. Esse crescimento econômico tem também se refletido na maior participação desses países no comércio mundial. Outra feição importante desse período tem sido o crescente incremento verificado nas trocas comerciais entre esses países em desenvolvimento. As trocas comerciais cresceram cerca de 176% entre 1990 e 2001, saltando de um total de US\$ 278 bilhões, em 1990, para perto de US\$ 767 bilhões, em 2001. No mesmo período, o comércio mundial cresceu 74%, passando de um montante de US\$ 3,4 trilhões, em 1990, para US\$ 5,9 trilhões, em 2001.” Raul de Gouvêa e Tharcisio Souza Santos. Uma nova geografia de comércio, *Universia*, 2/6/2004. Em: www.universiabrasil.net/materia.jsp?materia=4368

26 O professor Isaac Bigio, da London School of Economics, assim define a estratégia diplomática brasileira em relação ao evento Cúpula América do Sul / Países Árabes: “É o maior evento internacional presidido por Lula. É parte de sua estratégia para entrar permanentemente no organismo máximo das Nações Unidas e de encabeçar um bloqueio sul-americano em favor da multipolaridade, que mantenha uma certa autonomia frente a Washington e tenha laços bilaterais com Rússia, Europa, África e Ásia. Junto com a China e a Índia organiza uma linha central com os três colossos geográficos do Sul.”. *Analisis Global*, 22/05/2005. Em: www.bigio.org/bigio2004@yahoo.com

27 Fonte: Íntegra do documento da Cúpula América do Sul – Países Árabes,

Estadão.com.br, 11/05/2005.

28 Fonte: Íntegra do documento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, *Estadão.com.br*, 11/05/2005.

29 ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon – Ativismo inconseqüente, *Folha de S. Paulo*, 7/5/2005, p. 3

30 SETEIFENUS, Ricardo – O sul é o nosso norte, *Folha de S. Paulo*, 7/5/2005, p. 3.

31 CATANHEDE, Eliane e DIANNI, Cláudia. **No final, Lula diz que falta de democracia é ameaça global**, *Folha de S. Paulo*, 12/05/2005.

32 Nascido em Arataca, Colômbia (1921), iniciou sua trajetória intelectual pelo jornalismo, consagrando-se depois como romancista. Sua consagração literária ocorreu em 1972, quando foi agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura. Disponível em: www.biografias.com/biografia_gabriel_garcia_marquez.htm

33 Advogado chileno que enredou pela política ainda jovem, exilou-se no México, logo depois do golpe liderado por Pinochet. Fundou o Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales – ILET, instituição que abrigou inúmeros exilados latino-americanos, destacando-se pela focalização de temáticas ligadas às indústrias midiáticas e ao fluxo mundial de notícias. Atualmente, dirige a Organização Internacional do Trabalho (OIT) sediada em Genebra. Disponível em: www.ilo.org/public/spanish/bureau/dgo/biography.htm.

34 O quadro de referência sobre essa corrente intelectual está contido no capítulo “Pensamento Comunicacional Latino-Americano” do livro: MARQUES DE MELO, José. *História do Pensamento Comunicacional*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 67-140.

35 Para entender a gênese do pensamento comunicacional desse emblemático educador brasileiro, vide o ensaio “A comunicação na pedagogia de Paulo Freire”, In: MARQUES DE MELO, José. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 258-283.

36 Suas idéias estão documentadas e inventariadas no livro organizado por MARQUES DE MELO, José & GORSKI BRITTES, Juçara. *A trajetória comunicacional de Luis Ramiro Beltrán*. São Bernardo do Campo: Editora UESP, 1998.

37 Um balanço da sua participação no cenário histórico da NOMIC está contido no depoimento dado pelo autor aos participantes do IV Congresso da ALAIC. Ver.: REYES MATTA, Fernando. Políticas de Comunicación. In: KUNSCH, STEINBERG e TORRICO (orgs). *Ciencias de la comunicación y sociedad: um balance para la era digital*. Santa Cruz de la Sierra: UPSA, 2003,

p. 77-82.

38 A expressão desse ponto de vista está contida no Apêndice 1 do Relatório MacBride, onde alguns de seus membros fizeram “comentários gerais” à margem do texto oficializado pela UNESCO.

39 Um panorama das iniciativas recentes, nesse âmbito, está contido na antologia organizada por PERUZZO, Cícilia. *Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina*. São Paulo: Angellara, 2004.

40 O inventário preliminar dessas experiências está enfeixado em: SIMPSON GREENBERG, Maximo. *Comunicación Alternativa y Cambio Social*. México: UNAM, 1981.

41 Tais questões podem ser mais bem dimensionadas em MARQUES DE MELO, José. *A esfinge midiática*. São Paulo: Paulus, 2004.

42 MARQUES DE MELO, José (org). *Comunicación Latinoamericana: desafíos de la investigación para el siglo XXI*. São Paulo: ALAIC / ECA-USP, 1992.

43 CERVANTES, Cecília e SÁNCHEZ, Enrique, orgs. *Investigar la Comunicación: propuestas latinoamericanas*. Guadalajara: ALAIC / Universidad de Guadalajara, 1994.

44 MARQUES DE MELO, José & GOBBI, Cristina (orgs). *Pensamento Comunicacional Latino-Americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico*. São Bernardo do Campo: Editora UMESP, 2004.

45 DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio (orgs). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

*** José Marques de Melo**

Professor Emérito da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, atualmente lecionando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, onde dirige a Cátedra UNESCO de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom (1977-1983 e 2005-2008).